

TÍTULO DO TRABALHO			
EDUCAÇÃO DO CAMPO E TRABALHO: QUESTÕES PARA PENSAR A FORMAÇÃO DO EDUCADOR			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Maria de Fátima Almeida Martins	Faculdade de Educação/Universidade Federal de Minas Gerais	FaE/ UFMG	Professora Associada II
RESUMO (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>A Educação do Campo traz na sua essência formadora e orientadora de suas práticas, as formas e os elementos para contrapor a educação rural. Essa contraposição está ancorada no sentido que o trabalho camponês, assim como, as lutas sociais e culturais dos sujeitos do campo como centralidade de seu fazer pedagógico. Trata-se de uma educação voltada para o conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, compreendendo-os na sua diversidade de sujeitos que vivem e trabalham no meio rural brasileiro. Seu significado expressa uma educação que garante e contempla os interesses e o desenvolvimento sociocultural e econômicos dos povos que habitam e trabalham no campo. A sua relação com o trabalho é fortemente colocada, por ser e ter esta escola uma perspectiva formadora na centralidade do trabalho como princípio educativo.</p> <p>Como campo de luta política é que desde as primeiras décadas do século XX os sujeitos do campo lutam para que os educadores para as escolas do campo sejam da própria região onde irão trabalhar.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ 3)			
Educação do Campo, Trabalho, Educação rural.			
ABSTRACT (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>The constitutive essence of the Education of the Countryside brings, itself, the forms and elements to counteract the so called rural education. This counteraction is anchored in the fact that this Education has the peasant labor and the social and cultural struggles of the subjects of the countryside at the center of its pedagogical practice. It is an education directed to all workers of the countryside, in their diversity of subjects who live and work in rural Brazil. Its meaning expresses an education that guarantees the interests and the socio-cultural and economic development of the peoples who inhabit and work in the countryside. This school has a formative perspective based on the centrality of the work as an educational principle. Being a field of political struggle, the social movements who fight for this Education demand schools located where the peasants live and work, and also that the teachers be of the same region.</p>			
KEYWORDS (ATÉ 3)			
Education of the Countryside, Rural education, labor.			
EIXO TEMÁTICO			
6. Educação, classe e luta de classes			

Introdução

A Educação do Campo constituída no final da década de 90 surge através de uma articulação nacional das lutas dos trabalhadores do campo pelo o direito a educação do campo que contemple a essência da vida, evidenciando as condições daqueles produzem o campo. Surge neste cenário um novo paradigma que, como potencia, seja na dimensão

política e social vem sendo construída uma resposta ao modelo de educação que foi pensado para e pelas populações que viviam e vivem no território camponês. Referimo-nos ao território, por ser este, um espaço que contem forças, sejam elas; concretas e simbólicas que demandam e demarcam as ações daqueles que nele efetivam suas praticas, sendo, portanto, produto concreto do embate imediato, bem como da luta de classe realizada no âmbito mais geral. O território, neste sentido, constitui e materializa o processo de produção da existência dos povos do campo, dos camponeses. Desta forma, a referencia ao espaço da vida concreta torna-se importante para pensar a educação, especialmente a educação do campo.

É, portanto, sob essas bases que a educação do campo surge, como forma de contrapor a educação rural. Exatamente por conter o sentido atual do trabalho no campo e das lutas sociais e culturais dos segmentos sociais que vivem do/no campo hoje. Trata-se de uma educação voltada e a partir do conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, na sua composição da diversidade de sujeitos que vivem e trabalham no meio rural brasileiro. Seu significado expressa uma educação que garante e contempla o interesse e o desenvolvimento sociocultural e econômico dos povos que habitam e trabalham no campo. Neste sentido, não basta ter escolas no campo, o que queremos é construir escolas do campo com um projeto político-pedagógico vinculado às causas, aos desafios, aos sonhos, à história e à cultura do povo trabalhador do campo.

Neste sentido, a relação entre trabalho e educação não pode ser referida apenas como termos que podem e devem ser relacionados. Isto porque, a cada, ou, em cada um dos termos contem a essencialidade da vida humana. Valemos aqui de Marx. Para ele é pelo trabalho que o homem se humaniza, e desta forma reafirma-se como ser da e na natureza, visto que realiza “o engendrar prático de um mundo objetivo, [onde] a elaboração da natureza inorgânica é a prova do homem enquanto um ser genérico consciente [...]” (MARX, 2004, p. 85, apud MORAES, 2010. P.39). O homem como ser consciente de sua atividade, portanto, criadora através do trabalho eleva-se para fora de si, ou seja, de sua natureza. Neste movimento, transformar a natureza e a si próprio como um ser da natureza, que pensa e realiza através do trabalho atividades eminentemente humana. Nesta direção, Marx nos alerta afirmando que,

“o trabalho [...] pertence exclusivamente ao homem. [Assim] Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colméias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o

favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e, portanto, idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu Objetivo, que ele sabe que determina, como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tende subordinar sua vontade. E essa subordinação não é um ato isolado.

Além do esforço dos órgãos que trabalham, é exigida a vontade orientada a um fim, que se manifesta como atenção durante todo o tempo de trabalho, e isso tanto mais quanto menos esse trabalho, pelo próprio conteúdo e pela espécie e modo de sua execução, atrai o trabalhador, portanto, quanto menos ele o aproveita, como jogo de suas próprias forças físicas e espirituais (MARX, 1985, Tomo I, p. 149-150)

Assim, ao movimento dado pelo homem na produção de sua humanização transformando a natureza, através de seu trabalho, ele produz um modo de vida e um modo de educar. Desta forma, no movimento próprio da vida do homem em sociedade, é que se compreende ser este, o lugar que o trabalho ocupa na educação dos homens. Para Gramsci,

“ele pode dominar o próprio destino, pode “fazer-se”, pode criar uma vida para si mesmo. Quer entender os limites que nos definem como “produtores de nós mesmos”, da nossa vida, dos nossos destinos. (GRAMSCI, 1977, p. 1344) Ao buscar respostas para essas questões, Gramsci avança as análises de Marx e chega a uma nova compreensão da sociedade, da política, da cultura e da educação.” (GRAMSCI, apud DORE, 2014, p.3)

Movimento de luta este que rumo em direção à construção da vida em sociedade. No caso da educação do campo, esta vai em direção a

“Luta por políticas ou medidas específicas em função de uma desigualdade histórica no atendimento aos direitos sociais da população trabalhadora do campo (camponeses, assalariados rurais, “povos tradicionais”,...).(CALDART, 2015, p. 2)

Educação do Campo e educação rural um debate necessário

O nome Educação do Campo, como explicitado anteriormente, envolve uma dimensão que é própria da vida e da diversidade de sujeitos contendo uma ação educativa transformadora e emancipatória por ter em conta os processos formadores dos sujeitos, de forma a favorecer sua autonomia. Esse termo surge a partir das lutas dos movimentos sociais no campo por melhorias nas e das escolas do campo e por contrapor-se aos sentidos que foram dados à educação “rural” que estava formatada sob o signo do

assistencialismo latifundiário – pois reforçava a dominação assentada na prática da benemerência e a permanência da desigualdade do direito à terra, ou seja, como aquela que reafirmava o lugar de quem o dominava e referenciava a prática da dominação.

Neste contexto, o campo brasileiro vive o movimento contraditório de sua produção e reprodução como espaço de luta entre aqueles que o têm como condição de sua existência e aqueles que têm no campo a forma de auferir ganhos e reprodução de capital. Põe-se assim, duas classes e dois modos de produzir no campo. O campesinato e o latifúndio. Sob estas condições, segundo Ariovaldo Umbelino de Oliveira,

“[...] o campesinato e o latifúndio devem ser entendidos como de dentro do capitalismo e não de fora deste. O campesinato deve, pois, ser entendido como classe social que ele é. Deve ser estudado como um trabalhador criado pela expansão capitalista, um trabalhador que quer entrar na terra. O camponês deve ser visto como um trabalhador que, mesmo expulso da terra, com frequência a ela retorna, ainda que para isso tenha que (e)migrar. Dessa forma, ele retorna à terra mesmo que distante de sua região de origem. É por isso que boa parte da história do campesinato sob o capitalismo é uma história de (e)migrações.” (OLIVEIRA, 2007:11)

Visto que

... [o] processo contraditório do desenvolvimento capitalista decorre do fato de que a produção do capital nunca é, ou seja, nunca decorre de relações especificamente capitalistas de produção, fundadas, pois, no trabalho assalariado e no capital. Para que a relação capitalista ocorra é necessário que seus dois elementos centrais estejam constituídos, o capital produzido e os trabalhadores despojados dos meios de produção. Isto é, a produção do capital não pode ser entendida nos limites das relações especificamente capitalistas, pois estas são na essência, o processo de reprodução ampliada do capital. É uma espécie de acumulação primitiva permanente do capital, necessária ao seu desenvolvimento.” (OLIVEIRA, 2007:11)

A contextualização destes dois importantes processos produtores do espaço no campo, o campesinato e o camponês, assim como o latifúndio, o grande proprietário e o seu modo de explorar a terra, através do agronegócio, tornam essenciais para se pensar a educação no campo. Pois, a escola e a educação que daí deriva, por muito tempo, foi o lugar da informação, da instrumentalização para o conhecimento e inserção ao trabalho, sempre sob os ditames de quem tinha a propriedade da terra, dos latifundiários, ou seja,

“A Educação Rural no Brasil, por motivos sócio-culturais, sempre foi relegada a planos inferiores, e teve por retaguarda ideológica o elitismo acentuado do processo educacional aqui instalado pelos jesuítas e a interpretação política ideológica da oligarquia agrária, conhecida popularmente na expressão: “gente da roça não carece de estudos. Isto é coisa de gente da cidade” (SANTOS, 2010: 3)

Para esta escola é preciso também pensar a formação de seus professores. E, neste sentido, a educação rural como tema deve estar presente nos debates acadêmicos, nas preocupações dos gestores públicos, no cotidiano das escolas e ocupa e preocupa a sociedade como um todo. Não sem razão, visto que, ao longo do tempo, as referências desta prática escolar é referenciada a fragilidade na formação docente no país. Ao longo do tempo, novas demandas surgem e vão-se acumulando as situações ainda não resolvidas neste espaço, e mais ainda quando focalizamos a formação de professores para atuação em escolas do campo a situação fica um pouco mais complexa.

Para contextualizar este processo, em 1953 Lourenço Filho alertava que, dentre os inúmeros fatores a serem equacionados com relação a escola rural era necessário focalizar na formação de educadores. Segundo ele, somente professores que tivessem sintonia com a população rural poderia fazer um trabalho de qualidade, visto que, a escola nesse contexto demandava compromisso com o modo de vida e de trabalho vinculado a agricultura, a criação de animais, ao extrativismo, dentre outras atividades.

Dialogando com este contexto pode-se afirmar que a realidade escolar do campo na atualidade continua como um desafio. Nas últimas décadas orienta-se por políticas públicas que indicam para o fechamento de escolas do Ensino Fundamental1 (EF1), Ensino Fundamental2 (EF2) e Ensino Médio localizadas no campo e criação dos estabelecimentos em áreas distritais ou urbanas por meio da nucleação (Brasil, 2006)¹.

O que a literatura hoje tem demonstrado é que, a rotatividade docente em escolas situadas no meio rural permanece nos estabelecimentos nucleados em distritos e nas áreas urbanas. A indicação para um cargo no campo, para professores que residem nas cidades, é considerada como castigo. Muitos assumem a função na perspectiva de uma transferência para escolas mais próximas dos núcleos urbanos

¹ BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Panorama da Educação do Campo*. Brasília: MEC/INEP, 2006.

(Antunes-Rocha, 2004)². Pesquisas em andamento estão indicando que os docentes consideram as crianças e jovens do campo *mais fracos*. Em alguns municípios a população urbana resiste em colocar seus filhos nessas escolas por considera-las como de menor rendimento. Vale ressaltar que o tema rural não é abordado nos currículos dos cursos de Pedagogia e de Licenciatura oferecidos pelas instituições de ensino superior. Em pesquisa, sobre o curso de magistério de nível médio, Paraíso (1996)³, utilizou a expressão “campo do silêncio” ao constatar a ausência do referido tema nos currículos daqueles cursos.

Mas em que pese estas questões, os indicadores educacionais mostram que a taxa de analfabetismo hoje no país é de 9,6% ou 13 milhões de analfabetos, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgada em setembro de 2013. Porém na zona rural em 2012 a taxa de analfabetismo era de 21,2%, o dobro da média nacional.

Se esta situação preocupa, cresce junto a luta por escola e por uma educação que garanta, não apenas para alcançar os índices desejáveis na escolarização, mas a luta por uma escola e a formação de professores que dê conta de formar sujeitos críticos e autônomos, como explicitamos anteriormente quando nos referimos a construção das bases para a Educação do campo.

Nessa perspectiva, a Licenciatura em Educação do Campo emerge como oposição a esta realidade apresentada por esse atraso. E desta forma se compromete com a construção de um processo de escolarização articulado aos interesses da população que reside e/ou trabalha nos diferentes espaços que na atualidade configuram o campo brasileiro. Nesse sentido, alia-se ao compromisso com a construção de uma escola de qualidade, com o protagonismo dos sujeitos e com a compreensão de que a escola é uma ferramenta essencial na construção de um novo modelo de organização social, política, econômica e cultural, não somente para o campo, mas para a sociedade como um todo.

A escola do campo demandada pelos sujeitos do campo que na atualidade lutam pela educação que vai além da escola das primeiras letras, da escola da palavra, da escola

² ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel. *Representações sociais de professores sobre os alunos no contexto da luta pela terra*. Belo Horizonte: Programa de Pós Graduação em Educação. Faculdade de Educação. Universidade Federal de Minas Gerais, 2004. Tese

³ PARAISO, Marlucy A. Lutas entre culturas no currículo em ação da formação docente. *Educação e realidade*, v.1, n.21, p.137-157, jan./jun., 1996.

dos livros didáticos. É um projeto de escola que se articula com os projetos sociais e econômicos do campo, que cria uma conexão direta entre formação e produção, entre educação e compromisso político. Uma escola que, em seus processos de ensino e de aprendizagem, considera o universo cultural e as formas próprias de aprendizagem dos povos do campo, que reconhece e legitima estes saberes construídos, a partir de suas experiências de vida. Uma escola que se transforma em ferramenta de luta para a conquista de seus direitos de cidadãos.

Corroborando com estes anseios, as formações de educadores que hoje estão sendo desenvolvidas, buscam a formação de educadores e educadoras comprometidos com um projeto educativo, que articule o saber das letras e o saber do e no trabalho, como forma de empoderamento dos sujeitos, como diria Gramsci, como condição de “fazer-se”.

Neste sentido, pode-se dizer que, em termos instituídos, a educação escolarizada para as populações do campo em 1988 cria as condições para o reconhecimento e a especificidade da escola rural ao possibilitar flexibilidade para organização dos seus tempos, espaços e currículos adequados à natureza do trabalho. Assim no Art. 28 fica garantida

Art. 28. Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente.

I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II – organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar as fases do ciclo agrícola e as condições climáticas;

III – adequação à natureza do trabalho na zona rural.

O que se pode dizer é que, o campo, especialmente aquele, cujo projeto contempla a vida dos que nele vivem, com toda a sua diversidade, foi evidenciado, não sem luta dos sujeitos em seus movimentos construindo espaço de luta política revelando o protagonismo e a participação dos movimentos sociais.

Trabalho e Educação

Nesta direção a relação entre trabalho e educação ganha significância na espacialidade do campo. Outro autor como Saviani, também nos ajuda a compreender e esclarecer a importância que o trabalho tem na e para a educação. Assim, a relação entre

trabalho e educação, tendo sido discutida e explorada nos seus mais diversos contextos, ontológicos e históricos, como revela Saviani, pois para ele,

“trabalho e educação são atividades especificamente humanas. Isso significa que, rigorosamente falando, apenas o ser humano trabalha e educa. Assim, a pergunta sobre os fundamentos ontológicos da relação trabalho-educação traz imediatamente à mente a questão: quais são as características do ser humano que lhe permitem realizar as ações de trabalhar e de educar? Ou: o que é que está inscrito no ser do homem que lhe possibilita trabalhar e educar?”(SAVIANI, 2007, 152)

Desta forma, as questões que até aqui explicito, nos ajudam a pensar o quanto tem significação o trabalho como atividade produtora e criadora para a educação, por ser capaz de dar ao homem, especialmente o do campo a capacidade de “fazer-se”, como adverte Gramsci. Pois o homem não nasce sabendo e não tem sua existência garantida pela natureza, por ser ele um ser desta natureza. Vai ser com a sua ação prática de agir sobre ela, modificando-a, que ele vai aprendendo, delineando seu processo produtivo/educativo, formando-se e tornando-se homem, humanizando-se. É neste ato de produzir-se a si mesmo que o homem educa-se, pois a educação, assim como o próprio ser humano, é um produto do trabalho.

Por ser e ter a escola uma perspectiva formadora, esta tem em sua centralidade o princípio educativo e este ancora-se na ação do homem através de seu trabalho. Mas, como este princípio na escola, forma o homem?

À escola do campo, o trabalho vai ganhar centralidade, assim como também, lugar de luta política. Para a educação do campo, esta relação vai ser evidenciada quando, por exemplo, nas primeiras décadas do século XX, os sujeitos do campo vão lutar para que os educadores das escolas do campo sejam os que mais se aproximam da luta pelo território camponês. Quando, ao montar um projeto político pedagógico da escola, o trabalho ganha dimensão na formação, como é o caso das Escolas Famílias- EFAs.

Cabe aqui uma análise, mesmo que breve, sobre a relação entre campo e cidade. Sabemos que nesta relação há um fluxo muito grande, mobilizado fortemente pelo trabalho. Neste, vários fatores corroboram para sua intensificação. E a esta, juntam-se as formas de uso e exploração da terra, constituídos pelos latifúndios que modificam os usos e trato com a terra, incorporando novas tecnologias expropriando parte da força de trabalho instalada neste espaço e atrelados a estes, também estão os processos de industrialização e urbanização.

Nestas condições, a população rural hoje no Brasil, segundo o IBGE é de 15,64%, enquanto que; a população nas cidades, em apenas dez anos (2000-2010), passou de 81% para 84% segundo dados do último Censo (IBGE, 2010). O êxodo rural, ainda presente, representa e anunciam a ausência das condições de permanência neste espaço, configurados essencialmente na ausência dos serviços públicos essenciais, dos direitos, de tecnologias, portanto, de condições efetivas de viver e ter vida digna e de trabalho. Isso só intensifica o fluxo dos migrantes em busca de melhores condições de vida e de trabalho em direção aos centros urbanos.

Esta mobilidade constituída tanto pela força de trabalho, quanto pelo trabalho, potencializado pelas políticas de modernização das atividades no campo, subsidiadas pelo Estado promovem a capitalização dos processos de trabalhos rurais e a mercantilização crescente da agricultura. Este mecanismo acentua ainda mais a concentração da propriedade da terra e a desigualdade social, expulsando trabalhadores e trabalhadoras do campo, configurando o processo migratório campo – cidade. Para aqueles que ainda permanecem no campo, sofrem as conseqüências e convivem com o alto preço da destruição da agricultura familiar, devastação e degradação dos empregos rurais, miséria e deterioração do meio ambiente. Como nas cidades, estes enfrentam também o desemprego, a precarização, intensificação e informalização do trabalho e a carência de políticas públicas. Para os/as trabalhadores/as viverem no campo hoje é sinônimo de miséria e sofrimento (VENDRAMINI, 2007:03). A presença intensa do capital no campo com a modernização modificar por completo as condições de e de relações de trabalho neste espaço. Como então caracterizar o trabalho no campo hoje no Brasil?

Para Vendramini este se desenvolve

“[...] num amplo e diversificado espaço e abrange um conjunto de atividades, entre elas, a agricultura, a pecuária, a pesca e o extrativismo. Além disso, diz respeito a diversas formas de ocupação do espaço, desde a produção para a subsistência até a produção intensiva de eucaliptos para a obtenção de celulose. Explicita a grande desigualdade social do país. Constitui espaço de trabalho, de vida, de relações sociais e de cultura de pequenos agricultores; espaço de grande exploração de trabalhadores, especialmente o trabalho temporário, sem relações contratuais, de pessoas que vagueiam pelo país para acompanhar os períodos de colheitas, constituindo o trabalho sazonal; espaço de terras para reserva de valor; espaço de produção para o agronegócio; espaço de difusão de tecnologias e de modificação genética amplamente questionada por ambientalistas, pesquisadores e agricultores; e espaço para o descanso, a vida tranqüila, o lazer e o contato com a natureza.” (VENDRAMI, 2007. P. 124-125)

Neste sentido, a relação trabalho e educação, neste momento, apontam para uma intensificação do trabalho no campo, que afasta cada vez mais o homem da natureza, propiciado especialmente pelo prolongamento do território que estruturam e organizam as formas de intervenção do homem na natureza, como diria Milton Santos(1996). Para efetivar este prolongamento o homem se utiliza de novos materiais, transgredindo a distancia modificando a natureza, o homem produz um tempo novo, seja no trabalho, seja no lar. (SANTOS, 1996.)

O trabalho com principio Educativo nas escolas do campo

Volto aqui ao que já foi falado anteriormente. O trabalho como atividade criadora eleva o homem a sua condição humana. Por isso, a importância de sua discussão. Porém, em uma sociedade como a nossa, a dimensão da atividade humana, nem sempre é remetida a sua condição positivada, visto que

“a divisão social do trabalho, faz com que actividade intelectual e material, o prazer e o trabalho caibam em partilha a indivíduos diferentes, e tem entre outras conseqüências nefastas para o trabalhador, a oposição entre riqueza e pobreza, depois entre saber e trabalho: este antagonismo entre a riqueza que não trabalha e a pobreza que trabalha para viver faz surgir por sua vez uma contradição ao nível da ciência e o trabalho separando-se, opondo-se o primeiro ao trabalho como capital ou como artigo de luxo.” (DANGEVILLE, 1976, p.11)

Considerando as formas que o trabalho adquire em nossa sociedade, Gaudêncio Frigotto também argumenta que este ao longo de sua existência social assumiu formas como castigo, obrigação e sofrimento. Coube a ele a seguinte indagação. “Como pode ser educativo algo que é explorado e, na maior parte das vezes, se dá em condições de não escolha? Como extrair positividade de um trabalho repetitivo, vigiado e mal remunerado?” (FRIGOTO, p.11)

Contudo, é certo que, em uma sociedade como a nossa, essa é uma das formas que o trabalho adquire, porém não é a única. É preciso, pensar que, como sociedade que carrega a contradição, há outras possibilidades de se pensar a base do trabalho. Ao trabalho como principio educativo são mobilizados todos os sentidos dados às suas formas primeiras da relação com a natureza, ou seja, ao movimento em direção mais próxima de sua natureza e do reconhecimento de si e do outro no trabalho.

No processo de escolarização o trabalho como atividade humana é educativo por ser, a própria educação um trabalho e por ter a condição de tornar possível a aproximação do fazer do homem com seu trabalho.

É assim que compreendemos a luta empreendida pelos movimentos sociais pela “Educação do Campo”. Uma discussão e uma luta que, para muitos, já estava finalizada: a reivindicação por escolas localizadas nos assentamentos e que atendam aos interesses das populações que ali querem morar e trabalhar.

Para não concluir

Falar sobre a Educação do Campo e o trabalho passa, primeiramente, pelo entendimento de que a Educação do Campo deve ser concebida como campo de luta política e por isso, nos desafia e ultrapassar a forma tradicional de pensar a educação escolarizada.

Mas, como ultrapassar esta forma e o que significa luta política na Educação do Campo? Para responder esta pergunta partiremos da dimensão da prática, do fazer cotidiano da formação de professor para escolas do campo, portanto de uma prática docente do ensino superior que organizado e pensado para dar conta dessa complexidade através da alternância, e do trabalho na formação docente. Ancoro-me nestes conceitos por entender que estes são estruturais na formação e na constituição da sociedade moderna, base estruturadora da Educação hoje. Por isso, compreender a educação a partir de sua relação com o espaço, como ação formadora do homem moderno, como bem afirma Milton SANTOS (1996, p.44), é preciso compreendê-lo como:

“tempo, espaço e mundo [como] realidades históricas..., [que] em qualquer momento, o ponto de partida é a sociedade humana em processo, isto é realizando-se. Essa se dá sobre uma base material: o espaço e seu uso; o tempo e seu uso; a materialidade e suas diversas formas; as ações e suas diversas feições.”

Ou, como bem discute Maria Rita Kehl, a vida moderna, constituídas de pressões evidencia que as temporalidades, ou seja, as diferentes formas de organização e percepção subjetiva do tempo têm importância fundamental nesta sociedade. Para ela, “o homem contemporâneo vive tão completamente imerso na temporalidade urgente dos relógios de máxima precisão, no tempo contado em décimos de segundo, que já não é possível conceber outras formas de estar no mundo que não seja as da velocidade e da pressa.” (KEHL:2009;123) Outro importante teórico contemporâneo, Henri LEBEVRE (2000,) ressalta que

“O emprego do tempo comporta aprovações e desaprovações, perdas ou economias de tempo, então outra coisa que signos: uma prática. O consumo do espaço se dá de modos específicos. Ele difere do consumo das coisas no espaço, mas não se trata de uma simples diferença de signos e significações. O espaço envolve o tempo. Cinde-se-o: descarta-se o tempo; este não se deixa reduzir. Através do espaço, um tempo social se produz e reproduz; mas esse tempo social se reintroduz com seus traços e determinações: repetições, ritmos, ciclos, atividades.”

A relação entre tempo e espaço, nos ajuda a compreender o homem, a natureza, a cultura e a sociedade como relações que educam podendo ser constituídas como “forma de praticar uma *pedagogia da possibilidade*, fundada num conhecimento situado entre a teoria e a realidade.” (PEREZ, 1999, p.30).

Desta forma e ancorada nestas concepções, entendemos que a Educação do Campo aproximada da dimensão cotidiana, da imediaticidade do acontecer da vida, do fazer e ser do homem do campo nos seus territórios, aqui entendido como o tempo empiricizado, como território do uso, onde marcam suas lutas e conquistas ganha maior significação como proposição pedagógica, concretizando uma proposição de uma aprendizagem significativa e transformadora.

Referencias bibliográficas

CALDART, Roseli Salete. **Sobre a especificidade da Educação do Campo e os desafios do momento atual**, Porto Alegre, 2015.

DANGEVILLE, Roger. **Crítica da educação e do ensino**: Karl Marx, Friedrich Engles. Lisboa, Portugal, Moraes Editores, 1976.

DORE, Rosemary . **Afinal, o que significa o trabalho como princípio educativo em gramsci?** Cad. Cedes, Campinas, v. 34, n. 94, p. 297-316, set.-dez., 2014.

KEHL, Maria Rita. **O tempo e o cão**: a atualidade das depressões. São Paulo: Boitempo, 2009.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: **La production de l'espace**. 4^e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão : início - fev.2006

FRIGOTTO, Gaudêncio, CIAVATTA, Maria, RAMOS , Marise . **O trabalho como princípio educativo no projeto De educação integral de trabalhadores- excertos**.

MORAES, Betânia, Et. al . **A categoria trabalho em marx e engels: uma análise introdutória de sua legalidade onto-histórica**, Revista Eletrônica Arma da Crítica. Ano 2. Número 2, Março. 2010. ISSN 1984-4735.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007, 184p.

SAVIANI, Dermerval. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos** Revista Brasileira de Educação v. 12 n. 34 jan./abr. 2007 153

SANTOS, Janio Ribeiro dos. **Da educação rural à educação do campo: um enfoque sobre as classes multisseriadas**, In: IV Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade, ISSN 1982-3657.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

VENDRAMINI, C. R. **Educação e Trabalho: Reflexões em torno dos Movimentos Sociais do Campo**. In: Cad. Cedes, Campinas, vol. 27, n. 72 p. 121-135, maio/ago. 2007. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>, acessado em agosto de 2011.

PEREZ, Carmem Lucia Vidal. Ler o espaço para compreender o mundo: a função alfabetizadora da Geografia. **Presença Pedagógica** v. 5 n. 28, jul/agos de 1999.